

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO  
DE CADASTRO-RESERVA EM EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR  
EDITAL Nº 1 DO CONCURSO PÚBLICO 1/2021 – CAU-MS - NORMATIVO**



## **INSTRUÇÕES**

- Você receberá do fiscal:
  - um caderno de questões das provas objetiva e discursiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 2 (duas) questões discursivas;
  - uma folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
  - duas folhas de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

***É tão arriscado acreditar...***

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e das folhas de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a leitura das instruções, a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento das folhas de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, as folhas de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de provas, bem como retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões das provas objetiva e discursiva 3 (três) horas após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e as folhas de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

## **INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e nas folhas de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e as folhas de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e os textos definitivos da prova discursiva para as folhas de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS BÁSICOS Questões de 1 a 20

### LÍNGUA PORTUGUESA Questões de 1 a 8

Texto 1 para responder às questões de 1 a 3.

#### O Mato Grosso do Sul e sua arquitetura

1 A arquitetura histórica presente em Corumbá e  
Miranda é de grande valor para a região e para o País.  
Corumbá, localizada às margens do Rio Paraguai e capital  
4 do Pantanal, é uma cidade que foi quase destruída com a  
Guerra do Paraguai, tendo parte de suas edificações e de  
seu traçado urbano tombada como patrimônio da União  
7 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
(Iphan) há 30 anos. Os casarões do século 19,  
também presentes no sítio, retratam um período de imensa  
10 riqueza econômica, com a importação de produtos  
da Europa que chegavam pela Bacia do Prata.  
Em Miranda, o processo de tombamento federal de algumas  
13 edificações importantes já está encaminhado. Foram,  
entretanto, os ciclos do gado e da ferrovia Noroeste do  
Brasil que trouxeram o desenvolvimento e a integração para  
16 Mato Grosso do Sul (MS). Fazendas rurais e sua arquitetura  
tipicamente mineira fundem-se com o estilo eclético dos  
edifícios ferroviários – estações, rotundas, residências e  
19 armazéns, desenhando o mosaico da arquitetura histórica do  
estado. Com a ferrovia, vieram os construtores, os materiais  
e os novos estilos arquitetônicos em voga nas cidades mais  
22 importantes do País e do mundo e, assim, os casarões, os  
edifícios comerciais e os novos prédios institucionais  
começam a ser erguidos. Técnicas de ornamentação e  
25 elementos de revestimento impregnaram as edificações que  
foram sendo erguidas no final do século 19 e início do  
século 20. Novas cidades surgem no cenário geográfico  
28 como municípios dotados com a presença de importantes  
edifícios em estilo eclético e *art déco*. Todo esse  
patrimônio é desconhecido do povo brasileiro, que tem  
31 referências sobre MS pelas belezas naturais de Bonito ou  
32 por meio das notícias ruins de drogas e contrabando.

Disponível em: <<https://revistacontinente.com.br/edicoes/>>.  
Acesso em: 27 ago. 2021, com adaptações.

### QUESTÃO 1

Com base nas informações do texto e nas relações entre elas, assinale a alternativa correta.

- (A) Corumbá e Miranda são cidades tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) por causa de sua arquitetura histórica.
- (B) Em Corumbá e Miranda, os casarões do século 19 e a arquitetura tipicamente mineira, refletem um período de imensa riqueza econômica, com o contrabando de produtos da Europa que chegavam pela Bacia do Prata.
- (C) Em geral, o povo brasileiro ignora as belezas naturais de Mato Grosso do Sul (MS), bem como a própria história e todo o seu patrimônio.
- (D) A arquitetura de MS configurou-se, ao longo de uma história de guerra, de riqueza econômica, bem como de integração com outras culturas, apresentando, hoje, traços ecléticos.

- (E) O estado de MS possui envolvimento com o tráfico de drogas e com o contrabando, o que caracteriza sua cultura ainda mais que as belezas naturais de Bonito.

### QUESTÃO 2

Tendo como referência a norma-padrão, as questões gramaticais e os sentidos que envolvem o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Todo esse patrimônio é desconhecido do povo brasileiro, que tem referências sobre” (linhas de 29 a 31), se houver a substituição de “povo brasileiro” por **brasileiros**, a nova construção será “**Todo esse patrimônio é desconhecido dos brasileiros, os quais têm referências sobre**”.
- (B) O verbo sublinhado na construção “tendo parte de suas edificações e de seu traçado urbano tombada como patrimônio da União pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) há 30 anos.” (linhas de 5 a 8), poderia ser substituído pela forma verbal **fazem**.
- (C) Em “é uma cidade que foi quase destruída com a Guerra do Paraguai” (linhas 4 e 5), poder-se-ia substituir a construção em voz passiva por sua correspondente na voz ativa: **O Paraguai quase destruiu a cidade**.
- (D) Considerando a colocação pronominal, se, no trecho “Fazendas rurais e sua arquitetura tipicamente mineira fundem-se com o” (linhas 16 e 17), caso houvesse o acréscimo de não depois da palavra “mineira”, a próclise seria facultativa.
- (E) No trecho “localizada às margens do Rio Paraguai” (linha 3), a expressão sublinhada poderia ser substituída por **a beira do**.

### QUESTÃO 3

Em “Foram, entretanto, os ciclos do gado e da ferrovia Noroeste do Brasil que trouxeram o desenvolvimento e a integração para Mato Grosso do Sul (MS).” (linhas de 13 a 16), “entretanto” poderia ser substituído, sem que isso acarretasse incorreção gramatical e nem alteração de seu sentido original, pela conjunção

- (A) **contanto.**
- (B) **portanto.**
- (C) **contudo.**
- (D) **conquanto.**
- (E) **porquanto.**

Área livre

**Texto 2 para responder às questões de 4 a 6.**

**Iphan restaura o Forte de Coimbra**

<sup>1</sup> Iniciou-se, em Mato Grosso do Sul (MS), a recuperação do histórico Forte de Coimbra, localizado no distrito de Coimbra, município de Corumbá/MS. A <sup>4</sup> edificação é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), desde 1974, nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e <sup>7</sup> Paisagístico.

A ocupação de seu sítio, às margens do rio Paraguai e próximo às fronteiras paraguaia e boliviana, data do último <sup>10</sup> quarto do século 18 e, assim como seu contemporâneo Forte Real Príncipe da Beira, surge no contexto da fixação de limites entre Portugal e Espanha, que culminou em <sup>13</sup> tratados como o de Madrid e o de Santo Ildefonso.

Sucessivamente atacado por guaicurus no final do século 18, por espanhóis em 1801 e por paraguaios em <sup>16</sup> 1864, o Forte de Coimbra passou por diversas recomposições e adaptações, até uma última reforma pelo Exército Brasileiro em 1908; hoje, em terras oficialmente <sup>19</sup> brasileiras e mantido pelos militares, suas muralhas são um testemunho daquele período da história brasileira.

Fundamentalmente estão previstos no Forte a <sup>22</sup> execução de serviços de drenagem, iluminação, tratamento de esgoto, pintura e recuperação de soteia e do respectivo madeiramento; além disso, em um âmbito de adaptação <sup>25</sup> para novos usos, também se incluem a instalação de peças para cozinha e sanitários e preparo de espaço para reserva técnica de museu que o Exército Brasileiro mantém nas <sup>28</sup> dependências do Forte. Contemplaram também os critérios de acessibilidade universal, na medida do possível, em se <sup>30</sup> tratando da natureza da edificação.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias>>. Acesso em: 29 ago. 2021, com adaptações.

**QUESTÃO 4** \_\_\_\_\_

No contexto apresentado, os vocábulos “Tombo” (linha 6) e “soteia” (linha 23) significam, respectivamente,

- (A) relação e plataforma.
- (B) inventário e terraço.
- (C) registro e teto.
- (D) diligência e plataforma.
- (E) queda e mirante.

**QUESTÃO 5** \_\_\_\_\_

Conforme as regras de ortografia e de acentuação gráfica vigentes, bem como as questões gramaticais do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O trecho “assim como seu contemporâneo” (linha 10) poderia ser substituído corretamente pela redação **da mesma forma que seu conterrâneo**, pois os vocábulos estão grafados corretamente e mantêm o sentido original do texto.
- (B) Na linha 27, a forma plural do vocábulo “mantém” deve ser acentuada da mesma forma se substituirmos “Exército” por **Forças Armadas**.
- (C) Na linha 21, o vocábulo “Fundamentalmente” poderia ser substituído corretamente pela forma **Básicamente**.

- (D) Na linha 20, as palavras “período” e “história” são acentuadas por causa da presença de ditongos.
- (E) A palavra “espanhóis” (linha 15) está corretamente acentuada porque o ditongo aberto a finaliza, mas, se ele não estivesse nesta posição, a palavra não levaria acento, conforme o Novo Acordo Ortográfico.

**QUESTÃO 6** \_\_\_\_\_

Com relação à estrutura, à organização e à tipologia textual, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo o parágrafo introdutório do texto, a posse do histórico Forte de Coimbra e do Forte Real Príncipe da Beira por portugueses e espanhóis é concomitante e ocorre em meados do século 18.
- (B) O primeiro parágrafo estrutura-se por meio de linguagem injuntiva, pois pretende convencer o leitor de que a restauração do Forte de Coimbra é imprescindível para a memória da arquitetura de Mato Grosso do Sul.
- (C) A seleção vocabular do título e dos três parágrafos compõe organização textual, com introdução, desenvolvimento e conclusão, que apresenta opinião acerca da relevância entre patrimônio, cultura e arquitetura.
- (D) Os três parágrafos são informativos e compõem um texto cujo título sintetiza a intenção de instruir de forma simples e objetiva.
- (E) O segundo parágrafo do texto é narrativo e apresenta a história do Forte de Coimbra.

Área livre

**Texto 3 para responder às questões 7 e 8.**

**Ocupação urbana e degradação ambiental em Campo Grande/MS**

1 Campo Grande, desde os seus primórdios, foi pensada  
 e projetada para ser uma cidade moderna. Essa modernidade  
 é observada desde os primeiros planos de ordenamento  
 4 urbano, nos quais se verifica uma preocupação com a  
 locomoção, a disposição das quadras, do arruamento, das  
 áreas verdes, das áreas de várzeas e de uma série de  
 7 regulamentos e diretrizes que norteavam, e ainda norteiam,  
 as ações humanas como o uso e a ocupação do solo urbano.  
 No entanto, apesar desses regulamentos e dessa ideia de  
 10 modernidade, a cidade cresceu expandindo-se por todos os  
 lados e ocupando áreas antes proibidas. Várzeas foram  
 loteadas, córregos canalizados, áreas verdes desmatadas,  
 13 tudo em nome do progresso e de um tipo de modernidade  
 que fecha os olhos para as bases naturais em que a cidade  
 está inserida e sobre a qual ela se sustenta.  
 16 O resultado desse processo são os vários impactos negativos  
 que afetam toda a população à custa de vidas destruídas,  
 18 perdas financeiras e ambientais.

Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/>>.  
 Acesso em: 29 ago. 2021, com adaptações.

**QUESTÃO 7**

Com base na leitura compreensiva do texto, é correto afirmar que o autor

- (A) considera que a forma moderna como Campo Grande foi pensada e projetada evitou os impactos negativos da modernidade.
- (B) apresenta contradição entre o fato de a cidade ter sido projetada para ser moderna e o seu crescimento desordenado.
- (C) discorda de que o progresso deva considerar mais questões relativas às bases naturais da cidade e menos as relacionadas à economia.
- (D) dirige-se especificamente aos profissionais de arquitetura e urbanismo.
- (E) propõe medidas benéficas em contraposição aos impactos negativos que afetam toda a população e as riquezas naturais de Campo Grande.

**QUESTÃO 8**

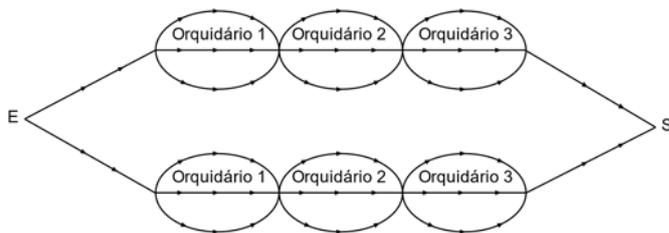
Em “No entanto, apesar desses regulamentos e dessa ideia de modernidade, a cidade cresceu expandindo-se por todos os lados e ocupando áreas antes proibidas.” (linhas de 9 a 11), o uso da vírgula

- (A) é opcional logo após a conjunção “No entanto”.
- (B) é obrigatório apenas depois de “No entanto”.
- (C) seria incorreto se a oração adverbial estivesse no final do período.
- (D) seria viável antes de “No entanto”, desde que a inicial maiúscula fosse adequada à nova redação.
- (E) é obrigatório neste caso por isolar expressão adverbial deslocada.

Área livre

**RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO**  
**Questões de 9 a 12**

**QUESTÃO 9**



Um urbanista projetou um passeio ao orquidário do Jardim Botânico, de modo que cada visitante deve percorrer um dos lados do orquidário fazendo o caminho indicado pelas setas, sempre no sentido de E para S. De quantas maneiras distintas um visitante pode percorrer o passeio?

- (A) 54
- (B) 27
- (C) 18
- (D) 45
- (E) 36

**QUESTÃO 10**

Sabe-se que, entre os 20 arquitetos que fazem parte do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), um quarto são homens e três quartos de todos os conselheiros (homens e mulheres) têm mais de 30 anos de idade. Entre as mulheres, um terço tem menos de 30 anos. Quantos homens do CAU/BR têm mais de 30 anos?

- (A) 4
- (B) 2
- (C) 5
- (D) 1
- (E) 3

Área livre

## QUESTÃO 11

A Comissão de Ensino e Formação Profissional do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CEF-CAU) é composta por cinco arquitetos, sendo três homens e duas mulheres. Um processo deve ser analisado por dois arquitetos escolhidos aleatoriamente mediante sorteio. Qual é a probabilidade de serem sorteadas as duas mulheres?

- (A)  $\frac{1}{10}$
- (B)  $\frac{2}{5}$
- (C)  $\frac{2}{3}$
- (D)  $\frac{3}{10}$
- (E)  $\frac{1}{2}$

## QUESTÃO 12

A negação da proposição “*Todo arquiteto é urbanista.*” é a seguinte proposição:

- (A) Nenhum arquiteto é urbanista.
- (B) Nenhum urbanista é arquiteto.
- (C) Pelo menos um arquiteto é urbanista.
- (D) Pelo menos um arquiteto não é urbanista.
- (E) Não existe arquiteto urbanista.

Área livre

## LEGISLAÇÃO APLICADA AO CAU-MS

Questões de 13 a 16

## QUESTÃO 13

Nos termos da Lei Federal nº 12.378/2010, assinale a alternativa que corresponde ao campo de atuação da arquitetura paisagística.

- (A) Concepção e execução de projetos de ambientes.
- (B) Concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas, dentro de várias escalas, inclusive a territorial.
- (C) Práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades.
- (D) Planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional, fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, sistema viário, tráfego e trânsito urbano e rural, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais.
- (E) Desenvolvimento de estruturas e aplicação tecnológica de estruturas.

## QUESTÃO 14

A respeito da prestação de contas, conforme a Lei Federal nº 12.378/2010, assinale a alternativa correta.

- (A) O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAUs) prestarão suas contas ao Tribunal de Contas da União (TCU) com periodicidade anual. Cabe aos respectivos presidentes a responsabilidade de prestá-las. Os CAUs deverão aprová-las previamente pelo plenário e submetê-las ao CAU/BR.
- (B) O CAU/BR prestará suas contas ao TCU e os CAUs ao Tribunal de Contas dos estados onde têm sede, com periodicidade anual. Cabe aos respectivos tesoureiros a responsabilidade de prestá-las e dispensa-se homologação das contas pelo plenário.
- (C) O CAU/BR e os CAUs prestarão suas contas ao TCU com periodicidade semestral. Cabe aos respectivos presidentes a responsabilidade de prestá-las. É prescindível aos CAUs providenciar a aprovação prévia pelo plenário e submetê-las ao CAU/BR.
- (D) Os CAUs prestarão suas contas ao CAU/BR com periodicidade anual. Cabe aos respectivos presidentes a responsabilidade de prestá-las. Os CAUs deverão aprová-las previamente pelo plenário, dispensando homologação.
- (E) Por se tratar de entidade de classe, tanto o CAU/BR como os CAUs são dispensados de prestar contas, salvo os profissionais que dela fazem parte.

## QUESTÃO 15

De acordo com Regimento Interno do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul (CAU/MS), no que tange às competências do plenário, assinale a alternativa correta.

- (A) Apreciar e deliberar a respeito de modelo de gestão, segundo os atos normativos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), e apreciar e deliberar quanto às propostas apresentadas pelas comissões temporárias, no âmbito de sua competência.
- (B) Apreciar e deliberar no que se refere à instituição de Escritórios Descentralizados, na área de sua jurisdição, observando os limites de dotação orçamentária do CAU/MS e os atos normativos do CAU/BR, apreciar, cumprir e fazer cumprir a execução das metas previstas nos planos de ação e orçamento, e acompanhar os resultados alcançados no plano de trabalho das comissões.
- (C) Cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo CAU/MS e apreciar e deliberar a respeito da composição de comissões ordinárias, especiais, se instituídas, temporárias e demais órgãos colegiados.
- (D) Designar conselheiro titular para análise de processo não deliberado por comissões, ou conselho diretor a ser relatado no plenário, e apreciar e deliberar quanto a atos normativos relativos à gestão da estratégia econômico-financeira, da organização e do funcionamento do CAU/MS.
- (E) Apreciar e deliberar acerca da integração do CAU/MS com o Estado e a sociedade, no âmbito de sua jurisdição, e apreciar e deliberar acerca de revisão, sustação ou anulação de atos praticados pelo CAU/MS.

## QUESTÃO 16

Considerando as determinações expressas no Regimento Interno, no que concerne aos mandatos dos conselheiros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul (CAU/MS), é correto afirmar que terão duração de

- (A) dois anos, sendo permitidas reconduções para o mesmo tipo de mandato. A vacância de mandato de conselheiro titular implicará em eleições para recomposição do plenário, e o conselheiro eleito nessa condição apenas completará o mandato em curso.
- (B) dois anos, sendo permitida uma recondução para o mesmo tipo de mandato. A vacância de mandato de conselheiro titular resultará em eleições para recomposição do plenário apenas quando a vacância impedir o funcionamento do CAU/MS, e o conselheiro eleito nessa condição apenas completará o mandato em curso.
- (C) três anos, sendo permitida uma recondução para o mesmo tipo de mandato. A vacância de mandato de conselheiro titular resultará em eleições para recomposição do plenário somente quando a vacância impedir o funcionamento do CAU/MS, e o conselheiro eleito nessa condição apenas completará o mandato em curso.

- (D) três anos, sendo permitidas reconduções para o mesmo tipo de mandato. A vacância do mandato do conselheiro titular implicará em eleições para recomposição do plenário, e o conselheiro eleito nessa condição apenas completará o mandato em curso.
- (E) dois anos, sendo permitidas reconduções para o mesmo tipo de mandato. A vacância de mandato de conselheiro titular resultará em eleições para recomposição do plenário apenas quando a vacância impedir o funcionamento do CAU/MS, e o conselheiro eleito nessa condição gozará do prazo integral de uma legislatura.

Área livre

**ATUALIDADES**  
**Questões de 17 a 20**

**QUESTÃO 17**

A população estimada para o estado de Mato Grosso do Sul (MS), no ano de 2020, foi de 2,8 milhões de habitantes. Essa população, em grande parte urbana, é distribuída de forma irregular pelo território. Em relação à urbanização do referido estado, assinale a alternativa correta.

- (A) Campo Grande, a capital estadual, é a maior região metropolitana de MS.
- (B) A urbanização de MS acompanhou a ocupação da divisa agrícola na faixa de fronteira internacional.
- (C) As cidades de Dourados e Aquidauana são os maiores centros urbanos do interior do estado.
- (D) Dos 79 municípios sul-mato-grossenses, a maioria se encontra na categoria de cidades médias.
- (E) A maior cidade de MS é a capital Campo Grande, seguida por Dourados, Três Lagoas, Corumbá e Ponta Porã, as maiores cidades do estado.

**QUESTÃO 18**

Conforme dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o estado do Mato Grosso do Sul é a sétima unidade da Federação na produção de riqueza gerada pelo agronegócio. Assinale a alternativa que apresenta os principais produtos desse setor no estado.

- (A) Café e fruticultura irrigada.
- (B) Algodão e erva mate.
- (C) Soja e milho.
- (D) Eucalipto e laranja.
- (E) Cana-de-açúcar e mandioca.

**QUESTÃO 19**

Os arranjos populacionais são o conjunto de cidades que apresentam elementos de integração, como movimentos pendulares para trabalho e estudo ou pela contiguidade da mancha urbanizada. Esses arranjos podem ser formados por duas ou mais cidades dentro de uma mesma unidade da Federação (UF), entre diferentes UF e entre cidades de países distintos. A respeito desse assunto, em Mato Grosso do Sul, são caracterizadas como arranjos populacionais internacionais as cidades de

- (A) Coxim e Aparecida do Taboado.
- (B) Corumbá e Ponta Porã.
- (C) Dourados e Ponta Porã.
- (D) Três Lagoas e Porto Murtinho.
- (E) Corumbá e Jardim.

**QUESTÃO 20**

O Mato Grosso do Sul detém cerca de 65% do território do Pantanal, um bioma caracterizado por

- (A) dispor de pouca diversidade em razão do regime climático de secas e cheias extremas.
- (B) ser drenado pelas bacias hidrográficas dos rios Paraguai e Paraná.
- (C) possuir uma forte capacidade de regeneração, o que denota a própria sustentabilidade.
- (D) ser uma planície aluvial distribuída pelos territórios dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e dos países sul-americanos Paraguai e Bolívia.
- (E) apresentar um ecossistema que ocorre apenas no território brasileiro.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**  
**Questões de 21 a 50**

**QUESTÃO 21**

Conhecida como Lei da Assistência Técnica, a Lei Federal nº 11.888/2008 foi criada como parte integrante do direito à moradia, previsto pela Constituição Federal. A respeito dessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) Essa lei assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita somente para os casos de reforma e melhoria de habitações precárias.
- (B) Os serviços previstos pela lei podem ser custeados por fundos federais direcionados à habitação social, por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados.
- (C) A citada lei refere-se a uma atividade exclusiva de servidores públicos, sejam eles da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.
- (D) O serviço da assistência técnica deve ser prestado por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, sem a obrigatoriedade da anotação de responsabilidade técnica.
- (E) As famílias de baixa renda atendidas pela lei devem ser residentes em áreas urbanas, priorizando zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social.

**QUESTÃO 22**

No que concerne à Lei Federal nº 6.779/1979, que trata de parcelamento de solo urbano, assinale a alternativa correta.

- (A) A infraestrutura básica de um parcelamento urbano, declarada por lei como de interesse social, é composta de vias de circulação, rede de abastecimento de água potável e energia elétrica domiciliar, no mínimo.
- (B) As áreas para equipamentos urbanos e comunitários de um parcelamento devem ser proporcionais à ocupação prevista, independentemente do plano diretor do município.
- (C) Os lotes deverão ter 250 metros quadrados de área mínima, assim como a definição de usucapião urbano.
- (D) Uma vez que tenham sido asseguradas as providências para o escoamento das águas, é permitido o parcelamento em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações.
- (E) Apesar da topografia ser essencial para um desenho de parcelamento urbano adequado, a referida lei federal não trata desse assunto.

Área livre

## QUESTÃO 23

Segundo a Lei Federal nº 12.587/2012, que institui as diretrizes para a Política Nacional de Mobilidade Urbana, assinale a alternativa correta.

- (A) O transporte remunerado privado individual de passageiros não é aberto ao público, sendo possível para viagens solicitadas exclusivamente por usuários cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede.
- (B) Os modos de transporte urbano são classificados em coletivo e individual, e os serviços, em motorizado e não motorizado.
- (C) Os municípios com mais de 10 mil habitantes são obrigados a elaborar e a aprovar o Plano de Mobilidade Urbana.
- (D) O reajuste tarifário a ser cobrado do usuário do transporte público pode ser feito pelas empresas, independentemente do poder público delegante.
- (E) O estabelecimento de políticas para os estacionamentos de uso privado com pagamento pela sua utilização não é instrumento da gestão da mobilidade urbana.

## QUESTÃO 24

A Lei Federal nº 12.378/2010 criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e das demais unidades da Federação (UF). No que se refere a essa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) A arquitetura de interiores, como se trata de uma área ainda em disputa entre profissionais, não é definida pela lei supracitada como campo de atuação no setor de arquitetura e urbanismo.
- (B) O registro profissional o habilita apenas para atuação na UF originária, cabendo ao profissional solicitar autorização específica no caso de mudança de estado em sua atuação.
- (C) Qualquer empresa que preste serviços de arquitetura ou urbanismo pode utilizar essas expressões na razão social ou no nome fantasia.
- (D) As áreas de atuação privativa de arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas são definidas pela mencionada lei federal.
- (E) Todos os arquitetos-urbanistas serão considerados indistintamente coautores e corresponsáveis em uma equipe, quando não estiver especificado o nível de responsabilidade de cada um ao prestar um serviço de arquitetura e urbanismo.

Área livre

## QUESTÃO 25

A Lei Federal nº 11.124/2005 trata do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Quanto a essa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) A utilização prioritária de áreas dotadas de infraestrutura urbana e em terrenos de propriedade do poder público para a implantação de projetos de habitação de interesse social são princípios do SNHIS.
- (B) O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não faz parte dos fundos de recursos que compõem o FNHIS.
- (C) Os recursos do FNHIS são destinados a ações vinculadas aos programas de habitação social que contemplem a aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias.
- (D) O repasse dos recursos do FNHIS é vedado a entidades privadas sem fins lucrativos, independentemente de elas terem objetivos em consonância com os do Fundo.
- (E) As ações do SNHIS são de competência da coordenação do Ministério das Cidades.

## QUESTÃO 26

De acordo com a Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal), são consideradas áreas de preservação permanente as

- (A) encostas, ou parte delas, com declividade superior a 30%.
- (B) áreas de veredas e sua faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 30 metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.
- (C) áreas no entorno de nascentes e olhos de água perenes, no raio mínimo de 30 metros, em áreas urbanas.
- (D) áreas no entorno dos reservatórios de água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.
- (E) áreas no entorno de lagos e lagoas naturais, com faixa de largura mínima de 50 metros, em zonas urbanas.

Área livre

## QUESTÃO 27

A respeito da disciplina dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a caracterização do ato administrativo, é necessário que a vontade emane de agente da Administração Pública ou dotado de prerrogativas desta.
- (B) Para a doutrina, entre os atos da Administração Pública, enquadram-se atos que se caracterizam propriamente como atos administrativos.
- (C) Na caracterização do ato administrativo, seu conteúdo há de propiciar a produção de efeitos jurídicos com fins privados.
- (D) No regime de direito público, o silêncio administrativo encontra solução definida. Isto é, o silêncio, como regra, importa consentimento tácito, considerando-se os usos ou as circunstâncias normais.
- (E) A edição de atos administrativos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.

## QUESTÃO 28

No que concerne à disciplina dos contratos administrativos regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- (A) Os contratos administrativos, de que trata a mencionada lei, regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito privado, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito público.
- (B) Em atenção ao formato moderno e gerencial da atual Administração Pública, a referida lei federal autoriza a realização de contratos administrativos verbais entre a Administração Pública e o particular, inclusive o de compras de grande valor financeiro.
- (C) O objeto e seus elementos característicos são cláusulas facultativas nos contratos administrativos.
- (D) Em respeito aos direitos do contratado, o regime jurídico dos contratos administrativos, instituído pela lei federal citada, confere à Administração Pública a prerrogativa de modificá-los, apenas bilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
- (E) Os contratos devem estabelecer, com clareza e precisão, as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

Área livre

## QUESTÃO 29

Acerca das disposições relacionadas à Lei Federal nº 8.666/1993 (Lei de Licitações), assinale a alternativa correta.

- (A) Essa lei federal estabelece normas gerais a respeito de licitações pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, apenas no âmbito dos Poderes da União.
- (B) Aos agentes públicos é permitido admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do procedimento licitatório.
- (C) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- (D) À Lei de Licitações é vedado privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido a microempresas e a empresas de pequeno porte.
- (E) A licitação para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo é dispensável, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita por meio de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo sindicato, por federação ou confederação patronal, ou ainda pelas entidades equivalentes.

## QUESTÃO 30

Quanto à modalidade de licitação denominada pregão, prevista na Lei Federal nº 10.520/2002, assinale a alternativa correta.

- (A) Na fase preparatória do pregão, a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas as especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.
- (B) A fase preparatória do pregão começará com a convocação dos interessados, a qual será efetuada por publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local e, facultativamente, por meios eletrônicos e, conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação.
- (C) Na fase externa do pregão, a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.
- (D) A realização do pregão mediante a utilização de recursos de tecnologia da informação é vedada.
- (E) Na fase preparatória do pregão, o prazo fixado para a apresentação das propostas será contado a partir da publicação do aviso e não será inferior a oito dias úteis.

### QUESTÃO 31

A Norma de Desempenho, com abrangência nacional e em vigor desde 2013, apresenta requisitos, critérios e métodos de avaliação que uma edificação específica deve ter. Segundo a própria Norma de Desempenho, seu foco está na (o)

- (A) prescrição de como os sistemas são construídos.
- (B) desempenho dos materiais e em suas propriedades.
- (C) comportamento de uso dos elementos e dos sistemas do edifício no atendimento aos requisitos dos usuários.
- (D) garantia de qualidade e segurança das edificações aos usuários e contratantes.
- (E) exigência de qualidade técnica e sustentável em edifícios comerciais.

### QUESTÃO 32

Em conformidade com a Norma Brasileira NBR 9.050/2020, referente à acessibilidade, quanto às rampas acessíveis, assinale a alternativa correta.

- (A) São consideradas rampas as superfícies de piso com declividade igual ou superior a 8%.
- (B) A largura (L) mínima recomendável das rampas é de 1,50 m, podendo ser admissível o mínimo de 1,20 m.
- (C) O cálculo para a inclinação de uma rampa é feito conforme a equação  $i = c \times 100/h$ , em que  $i$  = inclinação,  $h$  = altura e  $c$  = comprimento.
- (D) Em relação à largura da rampa, as edificações existentes obrigatoriamente deverão se adaptar às medidas estipuladas nessa norma.
- (E) Em caso de rampas em curva, a inclinação máxima admissível é de 8% e o raio mínimo é de 2,00 m, medido no perímetro interno à curva.

### QUESTÃO 33

Segundo a ABNT NBR 15.575 – Edificações Habitacionais – Desempenho, parte 1: requisitos gerais, a respeito de suas definições, assinale a alternativa correta.

- (A) O foco dessa norma está nos requisitos dos empreendedores para o edifício comercial e seus sistemas.
- (B) As Normas de Desempenho traduzem os requisitos dos empreendedores em requisitos e critérios e são consideradas decisivas às normas prescritivas, substituindo-as.
- (C) A abordagem dessa norma não explora conceitos considerados em normas prescritivas específicas, por exemplo, a durabilidade dos sistemas, a manutenibilidade da edificação e o conforto tátil e antropodinâmico dos usuários.
- (D) Quando essa Norma de Desempenho estiver em conflito com outra norma requerida, deverá ser levada em consideração a norma mais exigente.
- (E) As disposições contidas nessa Norma de Desempenho destacam critérios aplicados em renovações de edificações, como reformas, *retrofit* ou construções temporárias.

Área livre

### QUESTÃO 34

Assinale a alternativa correspondente à Norma de Desempenho NBR 15.575, que estabelece requisitos e critérios direcionados aos usuários, que deverão ser atendidos pelos intervenientes.

- (A) Os fornecedores e os fabricantes de produtos deverão ter como referência o desempenho de seus produtos, especificamente por meio de normas brasileiras.
- (B) É de responsabilidade do construtor a identificação dos riscos previsíveis, providenciando os estudos técnicos requeridos e todas as informações necessárias à segurança para a execução da obra.
- (C) É de responsabilidade do projetista a elaboração e o fornecimento do manual de uso atendendo às determinações da ABNT NBR 14.037, e também do manual de áreas comuns.
- (D) O usuário poderá fazer modificações sem perda da garantia, desde que faça um comunicado à construtora.
- (E) Cabe aos projetistas o dever de estabelecer a vida útil de projeto (VUP) de cada sistema que compõe essa parte.

### QUESTÃO 35

A Norma de Desempenho define valores mínimos teóricos para a vida útil de projeto (VUP), para cada um dos sistemas que o compõem, a fim de que tenham uma durabilidade potencial compatível com VUP. Acerca desse tema, é correto afirmar que a vida útil do sistema estrutural deverá ser

- (A)  $\geq 60$  anos.
- (B)  $\geq 55$  anos.
- (C)  $\geq 50$  anos.
- (D)  $\geq 30$  anos.
- (E)  $\geq 20$  anos.

### QUESTÃO 36

A medida necessária para a manobra da cadeira de rodas sem deslocamento, com rotação de 360 graus, medido em diâmetro, é de

- (A) 90 cm.
- (B) 100 cm.
- (C) 120 cm.
- (D) 130 cm.
- (E) 150 cm.

### QUESTÃO 37

A NBR 9.050, que trata de acessibilidade, estabelece que os assentos para pessoas obesas deverão suportar, respectivamente, carga mínima de X kg e largura mínima de Y cm. Os valores corretos são

- (A) 300 kg e 80 cm.
- (B) 300 kg e 75 cm.
- (C) 250 kg e 80 cm.
- (D) 250 kg e 75 cm.
- (E) 200 kg e 70 cm.

## QUESTÃO 38

Conforme mencionado na NBR 9.050, referente à acessibilidade a edificações, as vagas para estacionamento para idosos devem ser posicionadas próximas das entradas, garantindo o menor percurso de deslocamento. Em relação às vagas para estacionamento de veículos que conduzem ou que sejam conduzidos por pessoas com deficiência, para acessar edificação ou elevadores, o percurso máximo deve ser de

- (A) 60 m.
- (B) 50 m.
- (C) 40 m.
- (D) 30 m.
- (E) 20 m.

## QUESTÃO 39

Quanto à norma de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, no tópico 6, Acessos e Circulações e, no subtópico 6.7, Degraus e Escadas Fixas em Rotas Acessíveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando houver bocel ou espelho inclinado, a projeção da aresta pode avançar, no máximo, 2,0 cm sobre o piso.
- (B) A sequência de até três degraus é considerada degrau isolado, que deverá ser evitado.
- (C) As dimensões dos pisos e dos espelhos devem ser constantes em toda a escada ou em degraus isolados. Para o dimensionamento, devem atender à fórmula  $0,80\text{ m} \leq p + 2e \leq 0,80\text{ m}$ .
- (D) Os espelhos das escadas deverão ter seus valores entre 12 cm e 20 cm.
- (E) Nas rotas acessíveis, não podem ser utilizados degraus e escadas fixas com espelhos vazados.

## QUESTÃO 40

A Norma de Desempenho NBR 15.575 menciona que edificações residenciais deverão apresentar altura mínima de pé-direito dos ambientes que seja compatível com as necessidades humanas. Estipula-se uma medida mínima geral para as alturas de lajes e forros (X), porém abre-se exceção, nas mesmas alturas, para ambientes como vestibulos, halls, corredores, instalações sanitárias e despensas (Y). A esse respeito, é correto afirmar que as medidas mínimas para X e para Y são, respectivamente,

- (A) 2,30 m e 2,10 m.
- (B) 2,50 m e 2,30 m.
- (C) 2,40 m e 2,40 m.
- (D) 2,60 m e 2,40 m.
- (E) 2,40 m e 2,20 m.

Área livre

## QUESTÃO 41

A NBR 15.575 estabelece alguns termos e definições. No que se refere a essas definições, assinale a alternativa correta.

- (A) Elemento consiste em parte de um sistema com funções específicas. Geralmente é composto por um conjunto de componentes (por exemplo, parede de vedação de alvenaria, painel de vedação pré-fabricado, estrutura de cobertura).
- (B) Custo global representa o custo total de uma edificação ou de seus sistemas, considerando-se, além do custo inicial, todos os gastos no decorrer da obra. Não faz parte do custo total os de operação e manutenção ao longo da sua vida útil.
- (C) Componente é a unidade integrante de determinado sistema da edificação, com forma definida e destinada a atender a funções específicas (por exemplo, sistemas estruturais de pisos, hidrossanitários, entre outros).
- (D) Requisitos de desempenho equivalem às condições que expressam quantitativamente os atributos que a edificação habitacional e seus sistemas devem possuir, a fim de que possam atender aos requisitos do usuário.
- (E) *Retrofit* corresponde a edificações em construção que incorporam, em sua execução, novas tecnologias e conceitos, normalmente visando à valorização do imóvel, à mudança de uso, ao aumento da vida útil e à eficiência operacional e energética.

## QUESTÃO 42

O anexo à Resolução CAU/BR nº 21/2012 contém o glossário de atividades e atribuições estabelecidas no art. 2º da Lei Federal nº 12.378/2010, bem como no art. 3º da referida resolução. De acordo com esse glossário, assinale a alternativa correta.

- (A) Acessibilidade compreende a possibilidade e a condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, com segurança e autonomia, de edificações, mobiliário, espaços urbanos e equipamentos, exclusivamente por pessoas com dificuldade (pessoas com deficiência – PCD).
- (B) Consolidação equivale à recuperação de lesões de toda ordem na execução da obra do edifício com as técnicas projetuais tradicionais.
- (C) Conversão funcional corresponde à recuperação e à adaptação de edifício, monumento ou espaço urbano, habilitando-o para novas funções exclusivamente residenciais.
- (D) Reparo refere-se à atividade que consiste em recuperar ou consertar obra, equipamento ou instalação avariada, mantendo suas características originais.
- (E) Plano de Controle Ambiental (PCA) é o documento que norteia os programas, sugerindo ações de projetos executivos para análise e pesquisa dos impactos ambientais avaliados pelas prefeituras, administrações regionais e (ou) governos estaduais, conforme a legislação.

## QUESTÃO 43

A Resolução CAU/BR nº 22/2012 dispõe acerca da fiscalização do exercício profissional da arquitetura e do urbanismo, de procedimentos para formalização, instrução e julgamentos de processos por infração à legislação e da aplicação de penalidades. A respeito das ações no caso de uma denúncia anônima, assinale a alternativa correta.

- (A) A denúncia anônima somente poderá ser efetuada por meio de ligação telefônica.
- (B) Uma vez notificada, a pessoa física ou jurídica, terá 10 dias para regularização.
- (C) Todas as denúncias anônimas serão objeto de fiscalização.
- (D) A regularização da situação, dentro do prazo estabelecido, não exime a pessoa física ou jurídica notificada das cominações legais.
- (E) Depois de lavrado o auto de infração, a pessoa física ou jurídica autuada poderá, no prazo de 10 dias, conforme define o inciso VII do art. 16 da citada resolução, apresentar defesa diretamente perante a Comissão de Exercício Profissional do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

## QUESTÃO 44

A Resolução CAU/BR nº 22/2012 dispõe quanto à fiscalização do exercício da arquitetura e do urbanismo no País, abrangendo as atividades, as atribuições e os campos de atuação profissional dos arquitetos e urbanistas, descritos na Lei Federal nº 12.378/2010 e na Resolução CAU/BR nº 21/2012. No que concerne ao disposto nos artigos da mencionada resolução, capítulo VI – Das penalidades, art. 35, assinale a alternativa correta.

- (A) Receberá multa o arquiteto e urbanista com registro no CAU regular, que estiver exercendo atividade fiscalizada sem ter feito o devido RRT, no valor de 300% sobre o valor vigente da taxa do RRT.
- (B) Receberá multa o arquiteto e urbanista com registro suspenso no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que estiver exercendo atividade fiscalizada pelo conselho, no valor mínimo de uma vez e máximo de duas vezes o valor vigente da taxa do registro de responsabilidade técnica (RRT).
- (C) O acobertamento praticado por arquiteto e urbanista, assunção de responsabilidade técnica por atividade fiscalizada pelo CAU, executada por outro profissional ou por leigo, terá multa no valor mínimo de uma vez e máximo de duas vezes o valor vigente da taxa do RRT.
- (D) Receberá multa a pessoa física não habilitada (leigo), no exercício ilegal de atividade fiscalizada pelo CAU, no valor mínimo de 300% o valor vigente da taxa do RRT.
- (E) Receberá multa a pessoa jurídica registrada no CAU, mas sem responsável técnico, exercendo atividade fiscalizada por esse conselho, no valor mínimo de cinco vezes e no máximo de dez vezes o valor vigente da taxa do RRT.

## QUESTÃO 45

A Resolução CAU/BR nº 32/2012 alterou a Resolução CAU/BR nº 18/2012 em alguns de seus artigos, quais sejam os arts. 1º, 5º, 14, 15, 18 e 29. Acerca dessas alterações, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é possível o registro definitivo e (ou) provisório de profissionais estrangeiros portadores de visto permanente, ainda que diplomados no Brasil.
- (B) A reativação do registro profissional poderá ser requerida por qualquer cidadão, desde que por meio do preenchimento de formulário próprio disponível no Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU).
- (C) Quando apresentado o certificado de conclusão de curso no requerimento de registro profissional, o registro será feito em caráter provisório com validade máxima de um ano.
- (D) Quando apresentado o diploma de graduação no requerimento de registro profissional, o registro será feito em caráter provisório por seis meses, após o que será definitivo.
- (E) O requerimento de interrupção de registro deve ser instruído apenas com a declaração de que não exercerá atividade na área de sua formação no período da interrupção do registro.

## QUESTÃO 46

A Resolução CAU/BR nº 52/2013 institui o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). No que tange a esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A aplicação das sanções correspondentes às infrações das normas prescritas no Código de Ética e Disciplina deverá ser estabelecida conforme metodologia prevista em resolução específica, a qual deverá ser editada pelo CAU/BR em até 60 dias após a aprovação da Resolução nº 52/2013.
- (B) O Código de Ética e Disciplina poderá receber emendas aditivas a qualquer tempo, por iniciativa de, no mínimo, dois dos conselheiros do CAU/BR.
- (C) Segundo consta no preâmbulo, a estrutura das normas prescritas no Código de Ética e Disciplina, embora devam ser consideradas como um todo coordenado e harmônico, estão organizadas em uma hierarquia de subordinação relativa, em três classes respectivamente distintas, que são princípios, regras e obrigações.
- (D) Os princípios são as normas de maior abrangência, cujo caráter abstrato referencia agrupamentos de normas subordinadas. As regras, que são derivadas dos princípios, devem ser seguidas de forma específica e restrita às circunstâncias objetivas e concretas. Porém a transgressão às regras não será considerada infração ético-disciplinar imputável. As obrigações, quando descumpridas, não pressupõem cominação de sanção.
- (E) Consta dos princípios que o arquiteto e urbanista é um profissional liberal, nos termos da doutrina trabalhista brasileira, o qual exerce atividades intelectuais de interesse público e alcance social mediante diversas relações de trabalho. Portanto, esse profissional não necessita deter, por formação, um conjunto sistematizado de conhecimentos.

## QUESTÃO 47

A Resolução CAU/BR nº 177/2019 alterou a Resolução CAU/BR nº 91/2014 e dispõe a respeito da criação do registro de responsabilidade técnica (RRT) social, do RRT mínimo e do RRT retificador. Com relação aos tipos de RRT, assinale a alternativa correta.

- (A) Define-se como RRT mínimo, quando constituir-se de atividades técnicas pertencentes aos grupos de atividades da Resolução CAU/BR nº 21/2012 e referentes à edificação com área útil ou área total de intervenção de até 100 metros quadrados.
- (B) Define-se como RRT social, quando constituir-se de atividades técnicas pertencentes aos grupos de atividades da Resolução CAU/BR nº 21/2012 e referentes à edificação residencial na condição de edificação residencial unifamiliar com área total de construção inferior a 50 metros quadrados, vinculada a programa de habitação de interesse social (HIS), e que deverão ser identificadas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal por meio de declaração a ser obtida no Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU).
- (C) Para o RRT social, definem-se as edificações residenciais nas condições de edificação unifamiliar com área total de construção de até 100 metros quadrados, vinculada a programa de HIS ou destinada à moradia de família de baixa renda, ou como conjunto habitacional ou edificação multifamiliar vinculado a programa de HIS, que se enquadre nas Leis nº 11.124/2005, nº 11.888/2008 e nº 13.465/2017.
- (D) Na modalidade de RRT mínimo, as atividades técnicas poderão ser vinculadas a mais de um contratante e a mais de um endereço de obra ou serviço.
- (E) Na modalidade do RRT social, a inclusão de até 100 endereços de edificações residenciais unifamiliares, disposta no parágrafo 4º do art. 8º da resolução, somente poderá ser realizada no período de um ano, contado da data de início da atividade declarada no RRT inicial.

## QUESTÃO 48

Suponha que um arquiteto, recém-diplomado no Brasil por instituição de ensino superior de arquitetura e urbanismo oficialmente reconhecida pelo poder público, localizada em Belo Horizonte/MG, tenha a pretensão de fazer o registro dele, para habilitação ao exercício profissional de arquiteto e urbanista, com domicílio em Brasília/DF. Assinale a alternativa correspondente ao conselho que ele deverá procurar para realizar o registro.

- (A) Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).
- (B) Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (CAU/MG).
- (C) Qualquer conselho estadual ou distrital do Brasil.
- (D) Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (CAU/MG).
- (E) Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF).

## QUESTÃO 49

Segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em suas resoluções que tratam de questões éticas, o arquiteto e urbanista

- (A) não tem nenhuma responsabilidade em relação a trabalhos ou a tarefas delegados por auxiliares ou equipes sob a sua responsabilidade.
- (B) responsável por atividade docente das disciplinas de arquitetura e urbanismo para executar essa função deve deter conhecimento específico acerca do conteúdo a ser ministrado, porém não necessariamente precisa ter executado atividades profissionais referentes às respectivas disciplinas.
- (C) poderá receber comissão ou gratificação de fornecedores, desde que conste no contrato com o cliente.
- (D) que é autor de projeto, ou responsável pela execução de serviço ou obra, deve manter informação pública e visível à frente da edificação objeto da atividade realizada.
- (E) não tem nenhuma responsabilidade em orientar seus contratantes quanto a valorizações enganosas referentes a meios ou recursos humanos, materiais e financeiros, destinados à concepção e à execução de serviços profissionais.

## QUESTÃO 50

No que se refere à definição dos termos a seguir, assinale a alternativa correta.

- (A) Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é o parecer ou estudo técnico que aponta, em determinada área de interesse, os aspectos físicos, ambientais e legais, que se constituem condicionantes, impedimentos e (ou) limitações em relação ao empreendimento ou projeto que se pretende instalar.
- (B) Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é o estudo realizado para licenciamento de atividades que, direta ou indiretamente, afetam o meio ambiente ou que são potencialmente poluidoras.
- (C) Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) é o estudo executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos de um empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades.
- (D) Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira é a atividade em que o profissional, por conta própria ou a serviço de terceiros, realiza trabalho técnico ou científico visando à materialização do que é previsto nos projetos de uma obra, um serviço ou uma instalação.
- (E) Execução de obra, serviço ou instalação é a análise técnica de um empreendimento arquitetônico, urbanístico ou paisagístico para fins de subsidiar planos de estudos e projetos da mesma natureza.

Área livre

## PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração dos textos da prova discursiva.

- A prova é composta por 2 (duas) questões discursivas.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- As **folhas de texto definitivo** da prova discursiva não poderão ser assinadas, rubricadas e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- As **folhas de texto definitivo** são os únicos documentos válidos para a avaliação da prova discursiva.
- O candidato receberá 2 (duas) folhas de texto definitivo da **prova discursiva**, sendo uma para cada questão. As folhas de texto definitivo indicarão a qual questão pertencem: **Questão 1** ou **Questão 2**. O candidato deverá observar atentamente a correspondência entre questão e folha de texto definitivo, sob pena de ter a sua questão avaliada negativamente.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta de cada questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada como número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

### QUESTÃO DISCURSIVA - 1

Leia, com atenção, os textos a seguir.

#### Da Política Urbana

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

[...]

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 30 set. 2021, com adaptações.

#### Lei Federal nº 10.257/2001.

#### Capítulo III

#### Do Plano Diretor

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta lei.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)>. Acesso em: 30 set. 2021, com adaptações.

Considerando que os textos apresentados têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo com o tema: “A importância da função social da propriedade urbana para as cidades brasileiras”. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) a importância da função social da propriedade;
- b) os instrumentos urbanísticos utilizados para penalização do não cumprimento da função social da propriedade;
- c) o combate à especulação imobiliária; e
- d) a promoção de políticas de moradia de interesse social.

Área livre

## QUESTÃO DISCURSIVA - 2

**Leia, com atenção, o texto a seguir.**

O mercado imobiliário por si só segue o princípio básico das relações humanas modernas, a lei da oferta e da procura, de maneira infalível. É extremamente dinâmico, suscetível às condicionantes socioeconômicas da sociedade e a aspectos mercadológicos absolutamente desconhecidos do arquiteto em sua formação acadêmica, fazendo com que ele entre no mercado de trabalho sem uma visão estratégica de negócios.

As incumbências estabelecidas na Norma de Desempenho podem alterar profundamente esse cenário. Desde o início do seu trabalho, o arquiteto deverá, com sua visão holística, se preparar para as decisões de todo o processo, da conceituação e da vida útil do projeto às especificações e compatibilizações com as demais disciplinas de projetos e da engenharia. Subsidiará, com toda a equipe multidisciplinar responsável pelo projeto, a decisão de seu contratante na definição da vida útil do edifício a ser construído. Esse novo escopo evidentemente passará pela esfera das decisões comerciais e contratuais dos relacionamentos empresariais.

Dessa vez, a relação com clientes, parceiros de projetos e de obra e com usuários do objeto edificado com certeza irá se alterar. As decisões não podem e não serão unilaterais. O grau de compromisso e da interdependência entre todos os envolvidos agora tem importância maior.

Disponível em: <[https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/2\\_guia\\_normas\\_final.pdf](https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/2_guia_normas_final.pdf)>. Acesso em: 5 abr. 2021, com adaptações.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo com o tema “As responsabilidades do arquiteto e o seu papel no contexto da ABNT – Norma nº 15.575: Desempenho de Edificações Habitacionais.” Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) a importância do arquiteto assumindo a coordenação de todo o processo construtivo;
- b) o projeto arquitetônico no contexto da Norma nº 15.575; e
- c) a relação estabelecida entre o trabalho profissional do arquiteto e o seu relacionamento com o cliente no âmbito da Norma de Desempenho.

**Área livre**

## RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

PROVA APLICADA

## RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

PROVA APLICADA